

**A dinâmica demográfica recente na Região Metropolitana da Baixada Santista  
(SP): apontamentos para a discussão da geografia da população em áreas metropolitanas**

**Renata Barrocas**

Professora Doutora da Universidade Católica de Santos e Universidade Metropolitana de Santos

**Clézio dos Santos**

Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Regina Helena Tunes**

Doutoranda em Geografia Humana na FFLCH/USP e Professora da Universidade Metropolitana de Santos

**Palavras-Chave:** população, migração, região metropolitana, qualidade de vida, verticalização

**Resumo:**

A Região Metropolitana da Baixada Santista, localizada no litoral do estado de São Paulo no Brasil, foi criada em 1996 por um decreto estadual e é formada pelos municípios de Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Cubatão, Peruíbe, Itanhaém, Mongaguá e Bertioga formando um espaço metropolitano fragmentado e pouco integrado em termos de transportes e comunicação. Essa região abriga o maior porto em volume de comercialização da América Latina. Segundo o último Censo Demográfico do país de 2010, organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população dessa região é de mais de 1,5 milhão de habitantes, com um crescimento geométrico na primeira década do século XXI de apenas 1,02%. Com o décimo maior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) das regiões metropolitanas do Brasil a região se destaca pelos índices elevados de escolaridade, alfabetização, expectativa de vida e PIB (Produto Interno Bruto) per capita, sendo identificada no Brasil como uma região de alta qualidade de vida, o que historicamente tem atraído uma migração com perfis etários e socioeconômicos muito diferentes. Recentemente a região da

Baixada Santista, com destaque para a sua maior cidade – Santos – tem apresentado um crescimento urbano vultuoso que está associado aos investimentos da indústria do petróleo no Brasil com a descoberta de novos campos de exploração do recurso natural e está atualmente alterando a paisagem e o espaço da área metropolitana com importantes transformações também na dinâmica demográfica regional. A verticalização e a valorização imobiliária crescente, aliada as condições naturais de uma área insular e com falta de espaço físico para a expansão horizontal da área urbana, tem provocado uma intensificação do adensamento urbano no núcleo central da região metropolitana o que elevou a renda da terra urbana e tem a transformado, cada vez mais, em um valor de troca pouco acessível a população de baixa renda. Do ponto de vista demográfico, notamos dois movimentos contraditórios, mas dialeticamente complementares, que na verdade (re)afirmam a metropolização do espaço da Baixada Santista: há hoje uma migração de uma parcela da população de alto poder aquisitivo e social para a região, atraídas pelo *slogan* de qualidade de vida associados as novas opções de moradia, lazer e trabalho na região, ao mesmo tempo em que outra parcela da sociedade, a de menor poder aquisitivo, tem sido gradualmente excluída desse espaço metropolitano central e migra para os demais municípios da região metropolitana, como os municípios de São Vicente, Praia Grande e Guarujá que também tem, por consequência, apresentado transformações urbanas únicas para receber esses migrantes que buscam uma renda da terra menor e um custo de vida mais baixo. Acreditamos que essas complexas transformações urbanas e demográficas da região tem (re)afirmado a área dentro da lógica excludente, seletiva e fragmentada das regiões metropolitanas latinoamericanas, com destaque para as brasileiras.

## **Introdução**

Essa pesquisa são os pontos relevantes de nossa discussão sobre a relação entre crescimento demográfico, verticalização e qualidade de vida dos municípios que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista, com destaque para o município de Santos, desenvolvido no grupo de estudo em Geografia *Geounimes* da Universidade Metropolitana de Santos.

A questão que nos chama a atenção do crescimento urbano e metropolitano dessa área é o seu caráter paradoxal, porque, como Milton Santos (1994) relata, as áreas metropolitanas, em tese, foram criadas para gerir de forma coletiva as problemas dos municípios de sua região

metropolitana. Porém, no caso da Baixada Santista, o que ocorre, a nosso ver, é uma multiplicação dos problemas infra-estruturais e sociais após a formação dessa região metropolitana e seu crescimento recente.

Destaca-se nesta região o município de Santos, que exerce o papel de metrópole, com funções complexas e diversificadas, relações econômicas com várias outras aglomerações nacionais e internacionais, funcionando assim como centro do comando e coordenação de uma ampla rede urbana descontínua.

Porém, pelo crescimento urbano e demográfico apresentado nos últimos anos, o município tem apresentado grandes transformações urbanas e sociais. A metropolização em conjunto com uma série de problemas de infra-estrutura, sociais e ambientais passaram a se intensificar na região nos últimos três anos. Isso decorre pelos intensos deslocamentos sazonais da população dos municípios vizinhos, verticalização urbana, especulação imobiliária, trânsito intenso, aumento da demanda por infra-estrutura básica, como saneamento básico e rede de água encanada que, na sua falta, com o aumento populacional, agrava os problemas ambientais que uma metrópole já apresenta, pois esses efluentes são, muitas vezes, despejados de forma irregular nos canais de drenagem das águas pluviais que, em última instância, deságuam no mar.

A dinâmica demográfica que abordaremos nesta pesquisa é a da população fixa, ou seja, residente nos municípios que compõem a Baixada Santista. Embora, o município de Santos, considerada uma estância balneária de relevância estadual e nacional, apresente uma população flutuante no decorrer dos anos, nossa discussão envolve a população residente em virtude de um complexo panorama que se manifesta a partir do início deste século.

### **A Região Metropolitana da Baixada Santista**

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), localizada no litoral do estado de São Paulo, é composta por nove municípios: Santos, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, Bertioga, Cubatão, Peruíbe, Itanhaém e Mongaguá, conforme representado nos mapas 1 e 2.

#### **Mapa 01 – A RMBS no estado de São Paulo**



Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o\\_Metropolitana\\_da\\_Baixada\\_Santista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Regi%C3%A3o_Metropolitana_da_Baixada_Santista).

Acesso em 02.02.13

## Mapa 2 – Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)



Fonte: EMPLASA. Disponível em [www.emplasa.sp.gov.br](http://www.emplasa.sp.gov.br). Acessado em 15.04.2007

Nesta área de mais de 2mil km<sup>2</sup> vive cerca de 1,8 milhão de habitantes, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, número esse que atinge praticamente o dobro no período de temporada de férias. Os turistas concentram-se em certos municípios com grande destaque para Praia Grande e Guarujá e em menor quantidade nos municípios de Peruíbe, Bertioga, Itanhaém e Mongaguá.

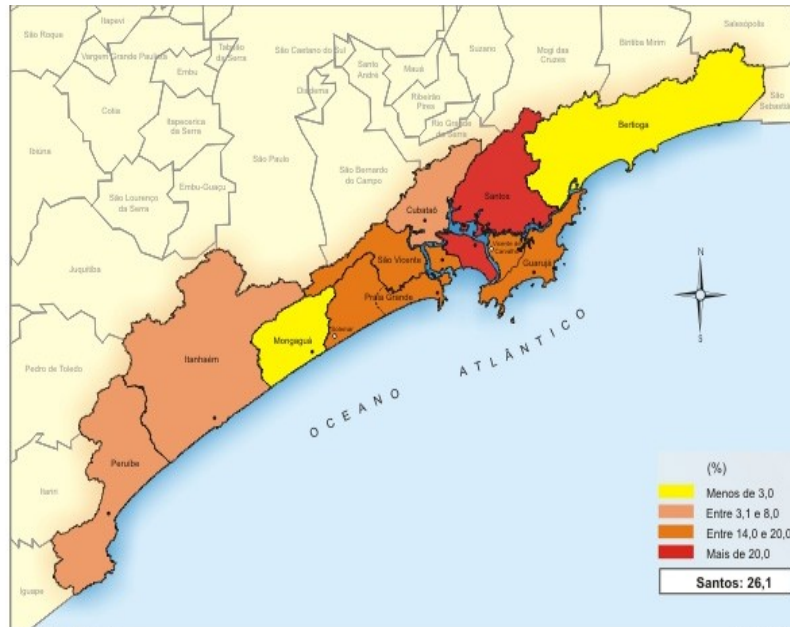
Os municípios de Santos, São Vicente e Cubatão, apesar de apresentarem um certo incremento populacional entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010 são os municípios que apresentam os maiores dados de populações residentes, como pode ser observado na tabela 01 e no mapa 03.

**Tabela 01 – População residente nos municípios da RMBS – 2010**

<b>Município</b>	<b>População</b>
Santos	419.400
São Vicente	332.445
Cubatão	118.720
Praia Grande	262.051
Guarujá	290.752
Mongaguá	46.293
Itanhaém	87.057
Peruíbe	59.773
Bertioga	47.645

Fonte: IBGE, 2010.

**Mapa 03 – Distribuição Percentual da População Residente - 2005**

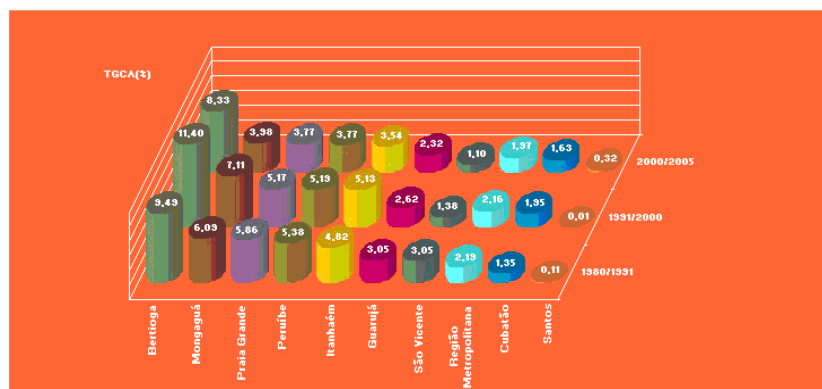


Mapa III.3  
Região Metropolitana da Baixada Santista  
**Distribuição Percentual da População Residente, segundo os Municípios: 2005**

Nota-se na tabela e no mapa a concentração da população residente no município de Santos, município que exerce o papel de metrópole e serve como nó das relações sociais, políticas e econômicas na própria região metropolitana e com outras regiões em escala nacional e internacional.

Em relação ao incremento populacional, é notória a inversão das posições entre os municípios, como pode ser observado no Gráfico 01.

**Gráfico 1 – Evolução da População Residente, segundo os municípios da Baixada Santista durante os períodos de:1980-1991;1991-2000;2000-2005**



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e Fundação Seade.

Elaboração: Emplasa, 2005.

Fonte: [www.emplasa.sp.gov.br](http://www.emplasa.sp.gov.br). Acessado em 15.04.2011

As maiores taxas de incremento populacional estão nos municípios de menor população residente, como Bertioga e Mongaguá. Enquanto nos municípios com população superior a taxa de incremento é mais modesta, como Santos e Cubatão. Esses dois municípios apresentam inclusive, como pode ser observado no Gráfico 01, uma taxa de incremento populacional inferior a média da região metropolitana.

Ainda no caso do município de Santos sua taxa de incremento populacional é abaixo da média do estado de São Paulo, chegando na década de 90 a apresentar em determinados anos uma taxa negativa de crescimento populacional.

A densidade demográfica destes municípios é outro dado que merece atenção ainda nesta introdução. Os municípios de Guarujá, Santos, São Vicente e Praia Grande apresentam uma elevada densidade demográfica, com respectivamente 1851 hab/km<sup>2</sup>, 1488 hab/km<sup>2</sup>, 2089 hab/km<sup>2</sup> e 1345 hab/km<sup>2</sup>.

Essas elevadas densidades demográficas indicam um aspecto peculiar da urbanização dessas áreas: a elevada concentração urbana e a falta de espaços livres na área urbana desses municípios, como veremos em mais detalhes no item a seguir.

### **A Formação da Região Metropolitana da Baixada Santista**

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) foi criada pela Lei Complementar nº 815, de 30 de julho de 1996, que estabelecia a região metropolitana e seu sistema de gestão.

A RMBS foi a segunda região metropolitana a ser reconhecida no estado de São Paulo. Em 2000 foi criada a terceira região metropolitana no estado que é a Região Metropolitana de Campinas e no ano de 2012 quarta e última a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

A importância da criação das regiões metropolitanas se dá, segundo Milton Santos (1995, p.13):

A criação das aglomerações metropolitanas surgiu da necessidade de se resolver um conjunto de problemas que iam além da competência política das esferas de poder municipais.

Isoladamente, as prefeituras dos municípios dessas áreas mostravam-se incapazes de planejar e gerir o desenvolvimento de meios de transporte, infra-estrutura viária, serviços de saneamento e abastecimento de água, que englobavam os limites de vários municípios contíguos, cada vez mais interligados ao núcleo urbano principal. A criação das regiões metropolitanas visou fornecer um quadro administrativo capaz de responder às novas realidades surgidas pelo intenso e rápido processo de urbanização do Brasil.

Assim, a institucionalização da RMBS atende a uma expectativa governamental e da sociedade civil de reparação dos problemas comuns de infra-estrutura, transportes e comunicações, visto que essas áreas são conurbadas e polarizadas a uma cidade central.

### **A urbanização e verticalização da Região Metropolitana**

Tomando como ponto de partida o processo mais acelerado de urbanização dos municípios da RMBS, o início do século XX sem dúvida alguma se destaca. Em termos nacionais, o período marcado pelo ciclo do café trouxe riqueza, prosperidade econômica e desenvolvimento de atividades urbanas para o município central de Santos.

Essa cidade foi o nó de ligação do mercado interno produtor do café com os mercados externos representados pela Europa e EUA, por conta da comercialização do café e exportação via porto de Santos.

O desenvolvimento urbano e a expansão urbana cresceram bastante no período. A população cresceu mais na Baixada Santista do que a média do estado, segundo Muller (1965) e esse crescimento está atrelado ao desenvolvimento das atividades cafeeiras.

Segundo a autora "(...) à introdução, difusão e intensificação da lavoura cafeeira, quando São Paulo sai da economia nacional. A Baixada de Santos acompanha, de perto, a evolução demográfica geral" (Muller, 1965, p.149).

Essa evolução demográfica não se restringiu apenas a Santos, abarcou também outros municípios da Baixada, como São Vicente, Guarujá e Cubatão. Porém, o maior desenvolvimento desses municípios periféricos à metrópole santista se dá a partir da década de 50, com, primeiramente, a instalação em Cubatão de uma série de indústrias intermediárias, como petroquímicas, químicas, de fertilizantes e adubos.



Cubatão se transforma no final da década de 70 em um dos maiores pólos de desenvolvimento industrial no ramo intermediário do Brasil o que acarreta uma série de problemas ambientais para a cidade. Chegando ao ponto de na década de 80 o município ser conhecido na mídia com o nome de “Vale da Morte”.

Os demais municípios, São Vicente e Guarujá, acompanhavam de forma paralela e subordinada o crescimento das duas áreas economicamente mais desenvolvidas da região: Cubatão e Santos.

Apesar desse crescimento do município de Cubatão, sem dúvida alguma é em Santos que, no decorrer das décadas, as atividades econômicas tornam-se mais diversificadas, com destaque para a portuária e a turística. Esse município assume a centralidade da região e passa a exercer influência em diversos outros municípios da Baixada, mesmo os distantes geograficamente, como Itanhaém e Peruíbe.

Hoje, essa polarização de Santos acerca os demais municípios é indiscutível e a formação da região metropolitana e a conseqüente interligação pelos meios de transporte desta vasta área corroboraram para aumentar o caráter central desse município, tornando a metrópole dessa área metropolitana.

Nos últimos anos, o crescimento urbano da região ganhou novo impulso. A divulgação da descoberta do petróleo na Bacia de Tupis pela Petrobrás em 2007 na chamada camada Pré-Sal<sup>1</sup>, área localizada entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo, atraiu novos investimentos imobiliários e de negócios para a região.

A Petrobrás inaugurou em janeiro de 2006 a sua sede em Santos para gerenciar a área de produção de petróleo na Bacia do Pré-Sal. Foram anunciados no período um investimento de cerca de U\$ 73 bilhões até 2015 na cidade com a implantação do Plansal (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Polo Pré-sal da Bacia de Santos) que prevê a construção da sede da empresa no bairro do Valongo, bairro do centro histórico da cidade e bem próximo ao Porto que vem passando por grandes transformações urbanas.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O termo pré-sal refere-se a um conjunto de rochas localizadas em águas ultraprofundas de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. Convencionou-se chamar de pré-sal porque forma um intervalo de rochas que se estende por baixo de uma extensa camada de sal, que em certas áreas da costa atinge espessuras de até 2.000m. O termo pré é utilizado porque, ao longo do tempo, essas rochas foram sendo depositadas antes da camada de sal. A profundidade total dessas rochas, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de 7 mil metros.

<sup>2</sup> Dados disponíveis em: <http://santossuacidade.blogspot.com.br/2011/06/lei-de-uso-e-ocupacao-do-solo-na-area.html>. Acesso em 31.01.13.

Esses novos investimentos, particularmente no setor imobiliário no município de Santos, estão transformando a paisagem e alterando o modo de vida da cidade. Observa-se no município de Santos um grande crescimento de novos empreendimentos imobiliários, com características bem diferentes do que existia na cidade até então, como áreas de lazer internas ao edifício, apartamentos compactos e funcionais, empreendimentos com funções comerciais e residenciais, aumento do número de vagas por unidade habitacional e, com maior destaque, grande crescimento do número de pavimentos nos edifícios.

O aumento do número de pavimentos nos edifícios da cidade foi permitido a partir da alteração da Lei de Uso e Ocupação do Solo e Plano Diretor do município em 1998. Até então eram permitidos apenas 13 pavimentos em edifícios na orla da praia e 9 pavimentos nas demais regiões. A partir de 1998 foi liberada a construção de até 25 andares residenciais, excluindo ainda desse número os pavimentos destinados a garagem e de uso comum do edifício.

Em 2011 um novo Plano Diretor foi discutido e aprovado na cidade. A promessa dos órgãos públicos era a limitação extrema do crescimento do número de pavimentos nos novos edifícios da cidade. Após muitos debates na cidade, com uma grande mobilização de movimentos sociais urbanos e a sociedade civil, o novo documento aprovado na cidade não cumpriu exatamente o que prometeu. Com um cálculo baseado na área de ocupação do edifício em relação ao terreno da obra, a diminuição do número de pavimentos deve ficar em apenas 20%.<sup>3</sup>

O resultado da alteração da lei, os novos investimentos e expectativa de crescimento populacional em uma área com limitação física de crescimento horizontal, já que se trata de uma área insular, é a verticalização urbana. Esse processo, comum na cidade de Santos a partir dos anos 70 do século passado, esteve por bastante tempo restrita às áreas mais próximas à praia e o bairro do Gonzaga, que se afirmou no período como um novo centro comercial da cidade. Nas áreas mais distantes da praia e nos bairros, predominavam os edifícios de até 3 andares e casas térreas ou sobrados.

Porém, o que temos presenciado mais recentemente é o crescimento da verticalização em praticamente todos os bairros da cidade com a substituição de casas pelos altos edifícios. Segundo dados da SECOVI (Sindicato da Habitação) a cidade ganhou em 2011 14 novos imóveis por dia. Nos seis últimos anos, segundo a Secretaria de Planejamento de Santos, foram construídos 67 empreendimentos e em 2012 outros 85 estavam em construção.

---

<sup>3</sup> Dados disponíveis em: <http://www.santos.sp.gov.br/planejamento/legisla.php>. Acesso em 31.01.13.

Esse crescimento urbano também repercutiu no preço dos imóveis na cidade. O preço do metro quadrado na cidade, segundo o Jornal A Tribuna, de circulação local e regional, é hoje cerca de R\$ 5 mil, valor esse que aumenta de acordo com a valorização urbana dos bairros.

De acordo com pesquisa de Porto, Vazquez e Corrêa (2012, p.260), os preços dos imóveis na cidade variam de acordo com a distância da praia e são influenciados pelo tempo de comercialização deles. Segundo o estudo, “um aumento de 1% na distância do imóvel à praia implica em uma diminuição de 0,21% no preço do metro quadrado”.

### **A Qualidade de vida X Verticalização**

No Brasil, a RMBS apresenta dados positivos de qualidade de vida representados tanto pelo IDH municipal e da região, quanto aos dados de longevidade, educação e renda.

Ao compararmos períodos distintos verificamos significativas mudanças segundo dados do PNUD Brasil, em 1991, a RMBS era a 8ª melhor região metropolitana em termos de qualidade de vida, com 0,77 de IDH médio entre os municípios que o compõem.

Neste mesmo período, segundo dados do PNUD, Santos, apresentava o terceiro melhor IDH do Brasil, atrás somente de São Caetano do Sul e Águas de São Pedro, também no estado de São Paulo.

Já em 2000, o IDH da RMBS apresenta um crescimento de cerca de 6%, passando a 0,817, porém em termos de ranking nacional sua posição decaiu para a 13ª área metropolitana em termos de qualidade de vida do país.

No Censo Demográfico de 2000, segundo o IBGE, o município de Santos integra um seleto e pequeno grupo de municípios, na verdade são 9 municípios no país, que apresentam um IDH alto, ou seja, acima de 0,8. Porém, a cidade cai para 5º lugar no ranking de cidade com maior qualidade de vida.

Além do IDH, no estado de São Paulo, temos o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) que é divulgado a cada 2 anos pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos) que consiste em uma síntese “da situação de cada município no que diz respeito a riqueza, escolaridade e longevidade, e quando combinados geram uma

tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em cinco grupos, conforme as características descritas no Quadro abaixo (01)<sup>4</sup>.

**Quadro 01: Critérios de Formação dos Grupos do IPRS**

<b>Grupos</b>	<b>Critérios</b>	<b>Descrição</b>
Grupo 1	Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios que se caracterizam por um nível elevado de riqueza com bons níveis nos indicadores sociais
	Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não são capazes de atingir bons indicadores sociais
	Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	
	Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 3	Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade	Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais
	Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e média	

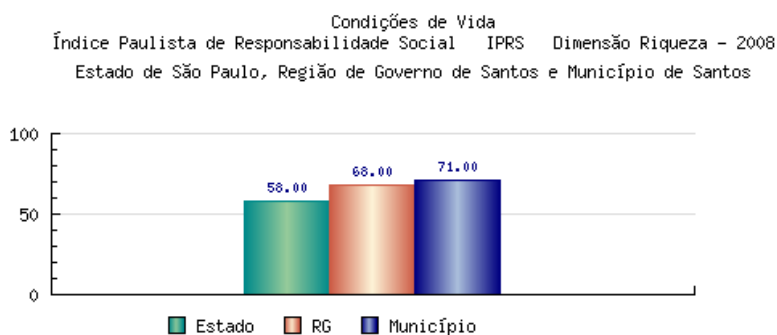
<sup>4</sup> Fonte: <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>. Acesso em 01.02.13.

	escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade	
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade	Municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade
	Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade	
	Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade	
	Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade	
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade	Municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais

**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS.

Segundo essa metodologia, o município de Santos integra, segundo dados de 2008, o Grupo 1 que possui nível elevado de riqueza e bons níveis de indicadores sociais. Situação essa que pode ser observada nos Gráficos 2, 3 e 4.

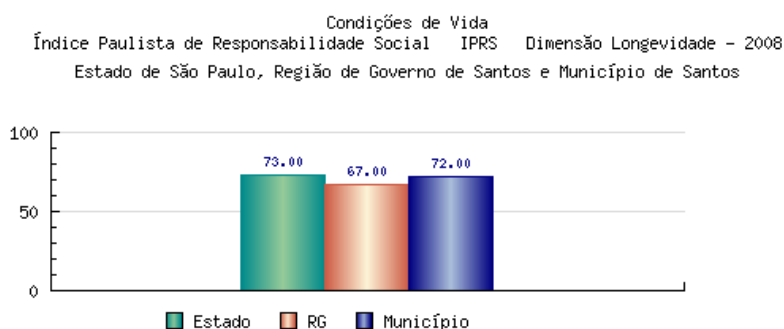
## Gráfico 2



**Fonte:** Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS.

É possível notar no gráfico acima que a dimensão riqueza se destaca em Santos na comparação com a média estadual e média da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS). Com um PIB, em 2010 segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, da ordem de 27.616,03 milhões de reais, valor que representa mais de metade do PIB da RMBS, mas é pouco expressivo no conjunto do estado de São Paulo, o que chama atenção nessa dimensão em Santos é o PIB per capita, pouco mais de 65 mil reais, valor esse maior do que o dobro da escala regional e estadual. Parte significativa dessa riqueza gerada no município está associada ao setor de comércio e serviços com destaque especial para as atividades portuárias.

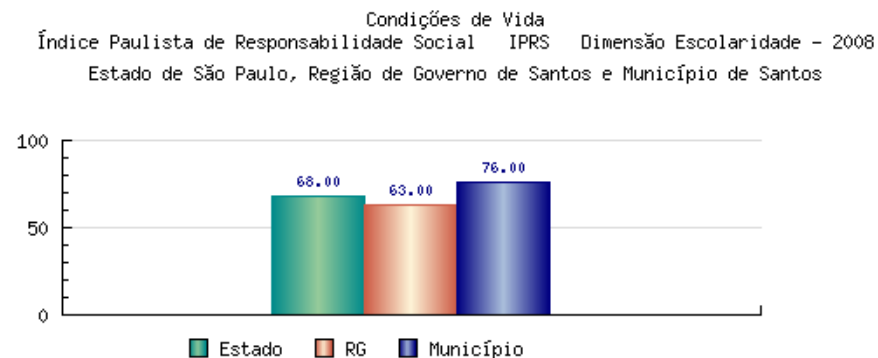
**Gráfico 3**



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS.

Quanto a longevidade, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, 19,2% da população do município de Santos está acima de 60 anos, valor esse superior a porcentagem de crianças até 14 anos (16,8%).

**Gráfico 04**



Fonte: Fundação Seade. Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS.

Destaque nos dados apresentados para a questão educacional da maior parte dos municípios da baixada santista. Os municípios de Santos, Cubatão e Praia Grande possuem uma rede municipal de educação básica de qualidade, sobretudo no nível do ensino fundamental.

Porém, apesar dos dados nos mostrarem aspectos positivos da região metropolitana como um todo e, especialmente, da metrópole santista, na última década, há um agravamento da situação econômica e social da região.

Isso não significa dizer que antes não existissem ocupações periféricas e a formação de favelas na área metropolitana. Muito pelo contrário, como bem aponta Brandão et al (2005), a própria “implantação do parque industrial na Região manteve estreitas relações com os processos de formação dos espaços de moradias em favelas, nascidas pelos deslocamentos populacionais, principalmente do Nordeste do País” (2005:22).

Ainda assim, o que verificamos é que a intensidade e a origem da atual formação das periferias na RMBS são distintas. O que estamos querendo dizer é que, nas duas últimas décadas, houve um aumento expressivo de favelas e submoradias em determinadas áreas da região e uma elitização de outras.

A metrópole santista, como mostramos a pouco, está passando por um processo muito veloz de valorização do solo urbano, com o conseqüentemente encarecimento das moradias e a criação de lançamentos de imóveis com padrões muito elevados de renda e luxo. Característica essa já bem comum às outras regiões metropolitanas brasileiras e paulistas, como São Paulo e Campinas, porém praticamente inexistente na Baixada Santista há mais de 10 anos atrás.

Essa valorização do solo e encarecimento do custo das moradias tem provocado o afastamento da população de classe mais baixa do município, já que esta não consegue acompanhar a valorização dos aluguéis, os aumentos das taxas condominais e dos impostos urbanos.

Só que essa expulsão da população de renda inferior de Santos não obedece a uma lógica tradicional da Geografia: ocupar a periferia do município, mesmo porque, devido a pequena extensão e elevadíssima urbanização da cidade, com efeito, não há mais espaços vazios para a ocupação periférica da cidade.

E não é apenas a questão do uso do solo do município que apresenta uma valorização maior. Os serviços de educação e lazer também vêm sendo transformados na cidade, com uma diversificação e sofisticação maior dos serviços prestados e das atividades recreativas, esportivas e de lazer.

Assim, o que se evidencia na RMBS é a migração da população de menor renda do município de Santos em direção a outros municípios da região metropolitana atrás de custos mais modestos de moradia e vida.

Segundo recente pesquisa de Vazquez (2012) a partir dos dados demográficos do Censo de 2010 do IBGE, destaca-se neste sentido os municípios de Praia Grande e litoral sul e Guarujá e Bertioga que têm apresentado um crescimento constante de sua população urbana na última década.

### **Aspectos da População Intraurbana**

Alguns aspectos demográficos que congregam as análises sobre o crescimento populacional da região na última década e o adensamento territorial nos últimos dez anos foram demonstrados nos resultados do censo de 2010 pelo IBGE.

A pesquisa realizada por Vazquez (2012) intitulada “Tendências demográficas e socioeconômicas nos municípios da Baixada Santista” apresenta importantes dados sobre “as perspectivas de desenvolvimento urbano em conjunto com as tendências demográficas e socioeconômicas da região” (VAZQUEZ, 2012, p.266) e serviu de referência para a apresentação de alguns resultados.

Para nossa discussão apresentaremos o economista François Perroux como referência para explicitar as tendências demográficas da Baixada Santista. A teoria da polarização, difundida por este autor, segmenta a organização regional a partir da cidade-polo. Esta teoria foi desenvolvida durante os anos de 1950 e ainda continua sendo utilizada. Considerada de fácil aplicação nas regiões metropolitanas, a cidade-polo possui como característica principal as forças de atração, tanto para novos investimentos em função de seu histórico de consolidação urbano e de atividades econômicas mais consolidadas além de apresentar, em contrapartida, os espaços de repulsão, considerados como os que apresentam atividades incompatíveis com suas características originais e desenvolvidas ao longo dos anos.

Ao transpormos esta teoria para a RMBS devemos considerar Santos como a cidade-polo. O município, neste trabalho, está sendo abordado a partir de sua área insular uma vez que o índice populacional da área continental, além de inferior, não faz parte da temática desta pesquisa. A área insular de Santos é de apenas 39 quilômetros quadrados, onde vivem mais de 95% da população municipal, de acordo com Vazquez e Vaz (2012, p. 105). Continuam os autores que se fosse calculada apenas a densidade demográfica da área insular o número de



11.454 habitantes por quilômetro quadro, colocaria Santos no ranking das 15 cidades com maior densidade do planeta.

A expansão imobiliária ocorrida entre os anos de 1960 e 1970, em virtude de três importantes fatores como a acessibilidade pelas rodovias Anchieta e Imigrantes, o crescimento das atividades turísticas e a influência do pólo industrial de Cubatão transformaram a paisagem e conduziram um processo de urbanização desordenado. Mesmo com a criação da RMBS em 1996 os municípios continuam pouco integrados especialmente no que diz respeito ao trânsito que é caótico e concentrado na conurbação entre Santos e São Vicente e também na balsa que oferece acesso ao município do Guarujá.

Ao verificarmos o crescimento populacional no município de Santos, Vazques (2012, p. 266) discute uma peculiar característica: desde os anos de 1980 há uma estagnação no aumento da população. Comparando os dados entre os últimos trinta anos é possível verificar que de 1980 a 1990, os dados são de 0,11% ; entre 1990 até 2000 se manifestaram em 0,01%; e, entre os anos 2000 e 2010 mostraram um crescimento de 0,4%.

**Tabela 2: Taxa de Crescimento Populacional da Baixada Santista entre 2000 e 2010**

Município	Total da População em 2010	Total da População em 2000	Crescimento Populacional 2000-2010
Bertioga	47.572	30.039	58,4%
Cubatão	118.797	108.309	9,7%
Guarujá	290.607	264.812	9,7%
Itanhaém	87.053	71.995	20,9%
Mongaguá	46.310	35.098	31,9%
Peruíbe	59.793	51.451	16,2%
Praia Grande	260.769	193.582	34,7%

Santos	419.757	417.983	0,4%
São Vicente	332.424	303.551	9,5%
<b>Baixada</b>	<b>1.663.082</b>	<b>1.476.820</b>	<b>12,6%</b>

Fonte: IBGE – Censos de 2000 e 2010. Org.: Vazquez, Daniel Arias (2011, p. 267)

Os dados do censo de 2010 apresentam uma tendência demográfica que se manifesta a partir de três fatores: elevado grau de ocupação territorial, com alto adensamento; redução do tamanho das famílias e; manutenção de um saldo migratório negativo, com destaque para os fluxos populacionais intrametropolitanos (...) (VAZQUEZ, 2012, p. 266).

Jakob (2003) apud Vazquez (2012, p. 270), acompanha o processo de adensamento da Baixada Santista e afirma que:

desde 1980, o município de Santos apresenta uma densidade demográfica de pouco mais de 1500 habitantes por quilômetro quadrado (km<sup>2</sup>). Em 1991, São Vicente já apresentava uma densidade maior que Santos (1840 hab/km<sup>2</sup>), e Guarujá um valor próximo (1535). No ano de 2000, o valor da densidade demográfica de Santos de (1524 hab/km<sup>2</sup>) é superado por São Vicente (2079), Guarujá (1933), enquanto que Praia Grande (1335) se aproximava de Santos” (p. 12), ultrapassando-a apenas em 2010.

A partir destes dados Jakob (2003) constata que desde 1980 Santos já estava com sua população consolidada em virtude “da estagnação da população, da elevada densidade e da preservação da área continental como reserva natural”. (VAZQUEZ, 2012, p. 271).

A expansão mais amena de Santos mostra que a ocupação nos municípios mais próximos a cidade-polo, passam a apresentar uma migração mais próximas a Santos , tratados como vazios urbanos, por Vazquez (p. 268), tornando-se, com o passar dos anos, cada vez mais densas.

Entre os anos 2000 e 2010 há uma crescente migração intrametropolitana, como uma “força centrífuga”, que parte de Santos em direção à periferia metropolitana, em virtude de dois fatores: o preço do solo e o custo de vida mais baratos. Os municípios de Bertioga e Praia

Grande aumentam significativamente suas proporções de residentes neste período. Pela ordem, os municípios com maior densidade demográfica são: São Vicente, Guarujá, Praia Grande e Santos.

A heterogeneidade é grande na maioria dos municípios da Baixada Santista, que possui peculiaridades como a dinâmica do mercado de imobiliário, o papel do mercado de trabalho, da economia de modo geral (indústria e comércio), das políticas públicas e das características geográficas, como a geomorfologia da região (JAKOB, 2012, p. 77).

### **Considerações Finais**

À guisa de conclusão, indicamos características que representam aspectos demográficos, socioeconômicos e de mobilidade divulgados sobretudo no último censo do IBGE (2010) e que promovem a apresentação de um panorama geográfico da Região Metropolitana da Baixada Santista. Esta mobilidade refere-se aos moradores da própria região e não dos turistas e excursionistas que a freqüentam assiduamente.

Demonstramos que apesar do município de Santos desenvolver um papel de cidade central, ou cidade-polo, como indica Perroux, os dados mais recentes demonstram que no final do século XX e início deste as maiores taxas de incremento de população estão em municípios como Bertioga e Mongaguá, indicando novas características de crescimento e mobilidade da população intrarregional. Enquanto Cubatão, com seu pólo industrial e Santos, demonstram uma taxa negativa de crescimento de suas populações.

Desde 1996 com a criação da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS), a segunda do Estado de São Paulo, os municípios que a compõem buscam atender as necessidades geradas por um intenso e rápido processo de urbanização, característica das demais regiões metropolitanas brasileiras. Vale salientar, que no ano de 2011, Santos vivencia intensamente um problema de verticalização urbana, supervalorização do preço dos imóveis e do valor do metro quadrado com cifras que não correspondem a realidade de consumo de sua população residente.

O resultado deste processo é a migração da população santista que possui menor renda para outros municípios da própria região metropolitana, como Praia Grande, Bertioga, Guarujá e São Vicente.

A região metropolitana da Baixada Santista merece destaque nas análises geográficas. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos (Plansal) será um vetor para ampliar o crescimento regional e promover novas abordagens na análise da população desta importante região metropolitana brasileira.

### Referências:

BRANDÃO, Marinez et al. *O Chão de Trigo*. Mapa da Exclusão/Inclusão da Região Metropolitana da Baixada Santista. Santos: Universidade Católica de Santos, 2005. CD-Room.

GOLÇALVES, Alcindo. *Desenvolvimento econômico da Baixada Santista*. Santos, Editora Leopoldianum, 2006.

JAKOB, Alberto Augusto Eichman. Vetores de expansão urbana e fluxos migratórios na Baixada Santista. In: In VAZQUEZ, Daniel A. (Org.). *A questão urbana na Baixada Santista: políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento*. Santos, Editora Leopoldianum, 2012, p. 35-62.

MULLER, Nice. A população regional. In DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *A Baixada Santista. Aspectos Geográficos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1965, pp.141-193.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Como Andam as Metrôpoles. Disponível em <<http://www.observatoriodasmetrosoles.net>>. Acesso em 20.12.07.

SANTOS, M. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. *Metrópole Corporativa Fragmentada*. São Paulo: Hucitec, 1995.

SÃO PAULO (Estado). Metrôpoles em Dados. Região Metropolitana da Baixada Santista. Disponível:<[http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/infometropolitana/baixada/rmb\\_s.asp](http://www.emplasa.sp.gov.br/portalemplasa/infometropolitana/baixada/rmb_s.asp)> Acesso em 10.12.07.

TUNES, Regina H. O crescimento desordenado da região metropolitana da Baixada Santista. In: SANTOS, C. (Org.). *Geografia, Ensino e Ambiente na Baixada Santista*. Santos, Agbook, 2012, p. 207-15.

VAZQUEZ, Daniel A. (Org.). *A questão urbana na Baixada Santista: políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento*. Santos, Editora Leopoldianum, 2012.

VAZQUEZ, Daniel A. Tendências demográficas e socioeconômicas nos municípios da Baixada Santista. In VAZQUEZ, Daniel A. (Org.). *A questão urbana na Baixada Santista: políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento*. Santos, Editora Leopoldianum, 2012, p. 265-88.